

O contributo das teses e dissertações para a Literacia em Saúde: um estudo de caso nos Repositórios Institucionais da Universidade de Lisboa

The contribution of theses and dissertations to Health Literacy: a case study in the Institutional Repositories of the University of Lisbon

Tatiana SANCHES. UIDEF, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. APPsyCI – Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion, Lisboa, Portugal (tsanches@fpie.ulisboa.pt)

Luiza Baptista MELO. Faculdade de Medicina Dentária, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. CIDEHUS-Universidade de Évora, Évora, Portugal. (luiza.baptista@fmd.ulisboa.pt)

Sílvia Costa LOPES. Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. (slopes@ff.ulisboa.pt)

Susana Oliveira HENRIQUES. Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. (susanahenriques@medicina.ulisboa.pt)

Resumo

Introdução: A literacia em saúde tem-se tornado mais relevante nos últimos anos, sobretudo pela correlação existente, e amplamente demonstrada, entre o seu fomento e a redução de custos associados à saúde, dos comportamentos de risco e a melhoria das condições no usufruto de serviços de saúde. Esta está associada à comunicação em saúde, na decisão clínica e na prestação de cuidados e prática clínica baseada na evidência, mas essencialmente à translação da informação de saúde para uma eficaz comunicação médico – utente. O papel das instituições educativas nesta matéria, particularmente as do Ensino Superior da área da saúde, reveste-se de grande importância, uma vez que produzem, agregam e divulgam informação científica e técnica disponibilizada através de repositórios institucionais.

Objetivos: Pretende-se demonstrar como os repositórios institucionais podem potenciar a literacia em saúde, viabilizando o acesso aberto a conhecimento científico, considerando em particular o contributo potencial das teses e dissertações das faculdades das áreas da saúde da ULisboa, perceptível através das estatísticas de utilização destas coleções.

Método: Procede-se à recolha de dados relativos ao nº de teses e dissertações associadas a cada uma das escolas da área da saúde da Universidade de Lisboa (ULisboa) depositadas nos Repositórios, no período 2010-2019 (10 anos de implementação). Apuram-se as estatísticas de utilização relativas ao número de consultas e downloads e origem (países) desses acessos.

Resultados: Entre 2010 e 2019 foram depositadas nos Repositórios da ULisboa, 8908 teses e dissertações referentes às escolas em análise. As estatísticas de utilização das referidas provas atingiram, em 10 anos, 6.686.274 de downloads e 2.700.566 de consultas. Os downloads e as consultas têm origens em todos os Continentes, sendo possível identificar 228 países ou regiões. Destaca-se o Brasil com uma percentagem elevada de downloads e consultas assim como alguns países africanos, realçando a importância do acesso a estas coleções para os Países de Língua Oficial Portuguesa.

Discussão: Os dados apresentados evidenciam a capacidade de difusão e alcance da informação disponibilizada através dos Repositórios. No entanto obtêm-se apenas perceções, não sendo possível medir o real impacto do contributo dos Repositórios para a promoção da Literacia da Saúde. No futuro, seria interessante identificar a relação causa-efeito entre acesso à informação e alteração de comportamentos.

Conclusões: A comunidade académica beneficia da divulgação das suas teses e dissertações nos repositórios, mas é evidente que a sociedade em geral recolhe benefícios tangíveis com o acesso ao conhecimento produzido na área da saúde. As universidades, incluindo a ULisboa, podem ser importantes parceiros no desiderato da Literacia em Saúde, ao assumirem um papel decisivo na transferência do conhecimento científico. O acesso a mais e melhor informação em saúde gera confiança nos cidadãos, promove a melhoria dos cuidados e a sustentabilidade dos serviços de saúde. No caso apresentado evidencia-se a dimensão geográfica do alcance da informação. Estudos como este contribuem para a visibilidade e promoção da informação em saúde, sendo a sua divulgação em larga escala impulsionadora da Literacia em Saúde e de cidadãos informados, participativos e capazes de decidir com base em informação científica de qualidade.

Palavras-chave: Literacia em Saúde; Repositórios; Teses e Dissertações; Ciência Aberta; Acesso Aberto

Abstract

Introduction: Health literacy has become more relevant in recent years mainly because it has been shown that there is a correlation between its promotion and the reduction of health costs, risk behaviours and improvement on the access to better health services. Together with health communication, clinical decision and evidence based practice, health literacy is a core competency for health information translation and for effective physician - patient communication.

Academic Institutions, have a key role for the production, aggregation and dissemination of scientific and technical information, in particular for the health information available through the institutional repositories.

Objectives: Particularly focused on the potential contribution of thesis and dissertations of the health sciences schools' collections available at the University of Lisbon (ULisboa) Repositories, through the usage statistics of these collections it is intended to demonstrate how institutional repositories can enhance health literacy by enabling open access to scientific knowledge.

Methods: The total number of theses and dissertations available at the ULisboa repositories, from the health science school's collections was collected concerning the period of 2010-2019 (ten years of implementation). Usage statistics analysis was made concerning the number of views and downloads and the country of origin of these.

Results: From 2010 to 2019, 8908 thesis and dissertations from the selected schools were deposited at the ULisboa repositories. In 10 years, 6.686.274 downloads and 2.700.566 views were made from all Continents in a total of 228 countries or regions. Brazil stands out with a high percentage of downloads and views as well as some African countries. The importance of access to these collections for Portuguese Speaking Countries is highlighted.

Discussion: Through these indicators, it is not possible to measure the real impact of the contribution of the repositories for the promotion of health literacy. Only perceived values

were obtained. In the future, it would be interesting to identify if there is a cause-effect relationship between information access and behaviour changes.

Conclusion: Although institution, teachers and student's benefits from the dissemination of their theses and dissertations in the repositories, it is evident that the whole community will also benefit with the access to the produced knowledge in the health field. By achieving their deposit policies, universities, including ULisboa, can become important partners for Health Literacy. Access to more and better health information promotes more confident citizens, the improvement and the sustainability of health care and health services. Higher education institutions, in their commitment to provide scientific information in open access, specifically in the health fields, have a decisive role in the transfer of scientific knowledge. In these cases, the geographical dimension of information dissemination is evident. The dissemination of information on a large scale can contribute to the visibility and promotion of health information and more informed, participatory and decision-making citizens based on quality scientific information.

Keywords: Health Literacy; Repositories; Theses and Dissertations; Open Science; Open Access

Introdução

Em Portugal as preocupações com a Literacia em Saúde são cada vez mais transversais. Não só os órgãos de Governo estão atentos à necessidade da sua promoção através de legislação, por exemplo, implementando estratégias do Programa Nacional de Saúde, Literacia e Autocuidados¹, como os profissionais procuram formar-se neste âmbito.

A Literacia em Saúde está sobretudo associada à translação da informação de saúde (comunicação médico – utente) devendo o profissional munir-se de competências que associem a literacia da informação à comunicação em saúde, quer para a decisão clínica, quer para a prestação de cuidados e prática clínica baseada na evidência. Não obstante, a Literacia em Saúde deve ser vista de forma transversal e abrangente², revestindo-se da maior importância para decisores políticos, profissionais de saúde e cidadão comum, sendo o trabalho das instituições educativas, particularmente as do Ensino Superior, de fundamental relevância.

Num estudo transversal sobre as definições que lhe estão associadas, Sorensen sintetiza este conceito:

“Health literacy is linked to literacy and entails people's knowledge, motivation and competences to access, understand, appraise, and apply health information in order to make judgments and take decisions in everyday life concerning healthcare, disease prevention and health promotion to maintain or improve quality of life during the life course”³.

Desta forma, é incontornável associar a literacia em saúde à prevenção da doença e à promoção da saúde dos cidadãos, sendo, portanto, imperioso que esta se propague sob diversas formas e soluções de esclarecimento que aprofundem conhecimentos e competências para lidar com múltiplas situações e em diversos níveis, e para que a generalidade da população tenha acesso a mais e melhor informação. É exatamente através do acesso a informação autorizada e fidedigna que se podem dirimir os sinais iniciais de desigualdades no

acesso aos cuidados de saúde, que passam primeiramente pelo acesso à informação em saúde.

O desafio de mais e melhor informação em saúde deve ser encarado como uma coresponsabilidade social, assumindo todos os *stakeholders* (profissionais de saúde, organismos governamentais, decisores políticos, escolas e instituições educativas, organizações sem fins lucrativos, empresas, cidadãos, e outros atores) a sua parte de comprometimento para com esta causa. A este propósito, Arriaga, referia: *“Pensar em Literacia em Saúde significa pensar o percurso de vida da pessoa, numa abordagem multisetorial, onde as políticas de saúde devem ser integradas e responder às necessidades das pessoas de forma estratégica e oportunista, adequadas ao setting e estágio de desenvolvimento. A abordagem por objetivos e medidas estratégicas terá como tônica a adoção de comportamentos promotores de saúde, considerando na sua intervenção quatro dimensões principais, nomeadamente: o nível individual, a comunidade, os sistemas e políticas de saúde, e a multi-literacia. Todas estas devem ser consideradas de forma integrada aquando da definição de estratégias de otimização da Literacia em Saúde”*⁴.

Um estudo transversal⁵ sobre a literacia em saúde revela uma correlação entre o investimento que é feito nesta e o melhor entendimento e utilização dos serviços de saúde, demonstrando ainda a conseqüente diminuição dos gastos em saúde, além da diminuição de comportamentos de risco. Nele fica sublinhado que “ter informação está na base do acesso à saúde. Essa noção está associada aos conceitos de *empowerment* e de literacia para a tomada de decisões em saúde”.

As instituições de ensino superior, produtoras de conhecimento científico e académico, são igualmente responsáveis pela disseminação de informação em larga escala, particularmente através dos seus repositórios científicos. Esta ação pode e deve ser vista como um contributo valioso na resposta às necessidades de informação, particularmente em saúde.

Os bibliotecários, especificamente os que desenvolvem a sua atividade em bibliotecas da saúde, têm uma longa história de apoio informacional, não apenas ao criarem programas de formação para apoiar a pesquisa de informação e suprir as necessidades dos seus utilizadores⁶, mas igualmente na criação e avaliação de recursos e serviços para a literacia da informação em saúde, reunindo, identificando, curando e disponibilizando informação organizada, para diferentes tipos de públicos⁷.

Os repositórios institucionais, mantidos pelos bibliotecários, ao reunirem e disponibilizarem em acesso aberto informação que versa sobre temas de saúde, ainda que de forma não intencional, respondem ao cidadão que procura informação sobre cuidados de saúde, proporcionam conhecimento avançado ao profissional e sustentam a tomada de decisão política, através dos estudos e trabalhos académicos e científicos, particularmente teses e dissertações na área da saúde, contribuindo em última análise para um movimento global de promoção da literacia em saúde. De facto, a informação, ao ser tratada com acuidade, torna-se um relevante recurso para a promoção da literacia em saúde, como referido por Whitney, Keselman and Humphreys:

*“Relying on libraries to identify, organize, and provide easy public access to high quality, understandable health information can make health literacy interventions more scalable and sustainable. For individuals who are self-motivated to improve their understanding of health topics, organized libraries of high quality health information, whether digital or physical, greatly simplify the search for relevant information.”*⁷

Em síntese, e segundo os mesmos autores, as bibliotecas e os bibliotecários podem ser parceiros efetivos na condução de estratégias alargadas para a promoção em literacia da saúde e na construção de programas sustentáveis de formação nas suas organizações, e além do seu incontornável contributo na avaliação e seleção das fontes de informação mais adequadas a cada necessidade, também se tornam indispensáveis ao facilitar os recursos de informação através de vários canais e formatos e em diferentes locais físicos e virtuais⁷.

Partindo do exposto num estudo recente sobre as diversas formas de efetivar a translação do conhecimento em saúde⁸ compreende-se que uma das respostas dos repositórios institucionais que acolhem produção científica em saúde é que contribuem para essa translação, ao disponibilizarem exemplos, casos e referências relevantes sobre cuidados de saúde, levando potencialmente a intervenções que melhoram os cuidados de saúde, e a práticas mais eficazes e com benefícios para pacientes e populações.

Noutra perspetiva o Acesso Aberto ao conhecimento na área da saúde, alinhado com a Ciência Aberta⁹, para proporcionar acesso livre e público para que qualquer utilizador faça leitura, download, cópia, impressão, distribuição, busca ou ligação a texto completo de artigos, respeitando os direitos legais de autoria, poderá aproximar os investigadores da área da medicina de países distantes para uma cooperação internacional. “Essa integração, certamente, resultará em benefícios para todas as nações. Independentemente da realidade social e cultural a maioria dos países ao redor do mundo sofre o problema da falta de visibilidade do conhecimento gerado por seus investigadores”¹⁰.

Um repositório institucional é um arquivo digital, em linha, que organiza, preserva e fornece acesso à produção educacional, académica e de investigação de uma instituição. Há mais de uma década, as bibliotecas académicas da área da saúde iniciaram a criação desses repositórios tornando-se um elemento fundamental para a divulgação e a comunicação na Academia¹¹.

O OpenDOAR, Diretório dos Repositórios de Acesso Aberto, lista os repositórios de acesso aberto de todo o mundo. Foi lançado em 2005, desenvolvendo-se, inicialmente, numa parceria entre a Universidade de Nottingham e a Universidade de Lund, sede do Directory of Open Access Journals (DOAJ). Em dezembro de 2013, e de acordo com dados do OpenDOAR havia aproximadamente 2.100 repositórios institucionais em todo o mundo¹². Em maio de 2018, o número de repositórios institucionais aumentou para pouco mais de 3.000, sendo 338 desses repositórios dedicados às áreas de saúde e medicina¹¹.

No início de 2018, realizou-se um estudo a 151 bibliotecas que são membros da Association of Academic Health Sciences Libraries (AAHSL), sobre os seus repositórios institucionais. “Dos 50 entrevistados, 68% tinham um repositório ativo, 2% estavam a desenvolver, 14% encontravam-se a avaliar e 16% não estavam a considerar a criação de um repositório institucional”¹³. Esses dados, simultaneamente com as estatísticas da AAHSL, apresentam uma tendência ascendente no crescimento de repositórios institucionais nas bibliotecas académicas de ciências da saúde nos últimos anos. As possíveis explicações para essa tendência incluem a introdução da Política de Acesso Aberto do NIH - National Institutes of Health (o NIH faz parte do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, sendo a maior agência de pesquisa biomédica do mundo), em 2008, e outras políticas mandatárias de financiadores para partilhar publicações e dados, e o crescente interesse das instituições de pesquisa em divulgar e avaliar sua produtividade de investigação¹¹.

No nosso país a Fundação para a Ciência e Tecnologia¹⁴ refere que “Portugal é reconhecido na Europa pela sua política inovadora em matéria de Acesso Aberto, tendo o Repositório

Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) um papel essencial no aumento da visibilidade das universidades portuguesas na Internet assim como na rápida expansão dos repositórios institucionais de Acesso Aberto a nível nacional”. Ao abrigo da Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, todas as teses de mestrado e doutoramento devem ser depositadas num repositório institucional no âmbito da Política do Acesso Aberto.

A atual Universidade de Lisboa (ULisboa) resultou da fusão das anteriores Universidade de Lisboa e Universidade Técnica de Lisboa, em 2013 e conta com dois repositórios em Dspace – Repositório.UL e UTL Repository – que têm como objetivo reunir, organizar, divulgar e preservar a produção científica académica da Universidade de Lisboa. Neles estão incluídas as coleções de teses e dissertações das Faculdades de Farmácia, Medicina, Medicina Dentária, Medicina Veterinária, Motricidade Humana e Psicologia, que são o foco deste trabalho. Ambos os repositórios estão integrados no RCAAP que, para além de repositórios nacionais, agrega também um conjunto de repositórios brasileiros através do Portal Oasisbr.

Objetivos

Pretende-se demonstrar como os repositórios institucionais podem potenciar a literacia em saúde, viabilizando o acesso aberto a conhecimento científico, considerando em particular o contributo potencial das teses e dissertações das faculdades das áreas da saúde da ULisboa, perceptível através das estatísticas de utilização destas coleções.

Métodos

Procedeu-se à recolha de dados relativos ao nº de teses e dissertações associadas a cada uma das escolas da área da saúde da Universidade de Lisboa – Farmácia (FFUL), Medicina (FMUL), Medicina Dentária (FMDUL), Medicina Veterinária (FMV), Motricidade Humana (FMH) e Psicologia (FPUL) depositadas nos Repositórios da ULisboa, no período 2010-2019 (10 anos de implementação). Apuraram-se as estatísticas de utilização relativas ao número de consultas e downloads e origem (países) desses acessos, no período 2010-2020, à data de recolha de dados (13 de fevereiro de 2020). Procedeu-se a análise dos resultados.

Resultados

Entre 2010 e 2019 foram depositadas nos Repositórios da ULisboa, 8908 teses e dissertações referentes às escolas em análise (Fig. 1).

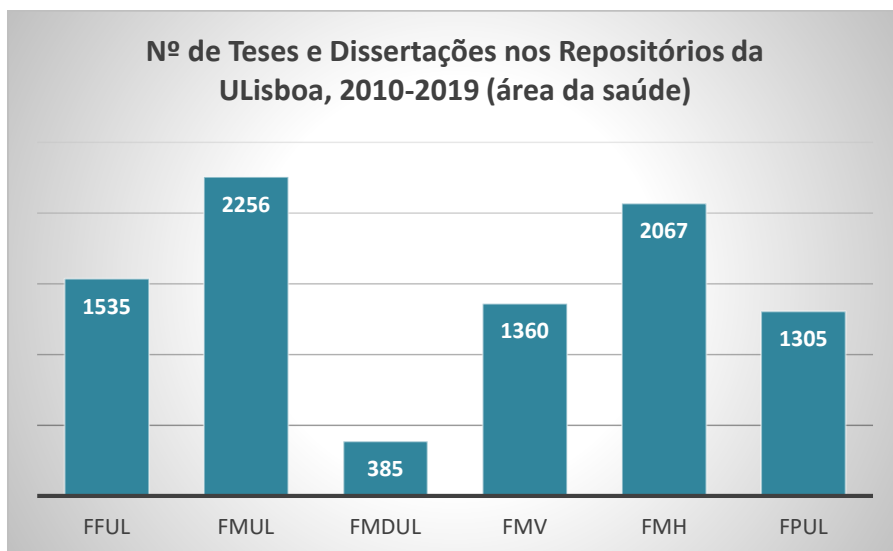


Fig. 1. Nº de teses e dissertações das escolas da saúde, nos Repositórios da ULisboa, no período de 2010-2019

As estatísticas de utilização das referidas provas atingiram, em 10 anos, 6.686.274 de downloads e 2.700.566 de consultas (Fig. 2).

ULisboa (Saúde)		
Ano	Downloads	Consultas
2010	192.880	78.557
2011	406.879	131.301
2012	586.483	186.851
2013	744.339	297.487
2014	1.055.275	489.527
2015	904.758	474.578
2016	486.652	214.354
2017	510.303	247.073
2018	864.162	288.698
2019	934.543	292.140
2020*	125.901	169.807
	6.812.175	2.700.566

* Dados até 13/02/2020

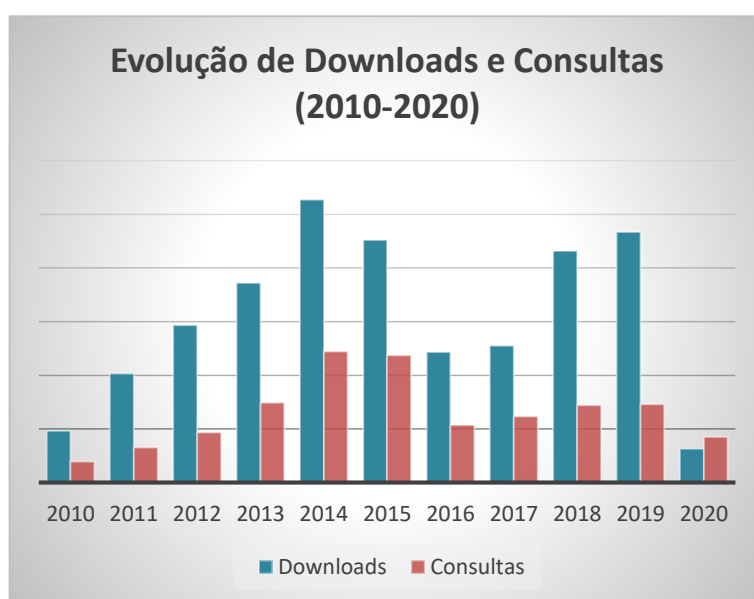


Fig. 2. Total de downloads e consultas das teses e dissertações, no período de 2010-2020

Os downloads e as consultas têm origens em todos os Continentes, sendo possível identificar 228 países ou regiões. Brasil aparece em primeiro lugar nas origens dos downloads, seguido de Portugal e EUA. Dos restantes países do Top 10 de downloads destaca-se Angola e Moçambique, dois países africanos de língua oficial portuguesa. Relativamente às consultas, Portugal troca de posição com o Brasil que passa a figurar na segunda posição. A Polónia surge

em quarto lugar e Angola passa a ser o único país africano de língua oficial portuguesa a figurar no Top 10 de origem das consultas (Fig. 3). Os restantes países de origem identificados (Outros) correspondem a 5,13% do total de downloads e 4,60% do total de consultas. De referir ainda que 3,19% dos downloads e 2,64% das consultas se referem a origens não identificadas (dados não disponíveis, *satellite providers* e *anonymous proxy*).

TOP 10 DOWNLOADS			TOP 10 CONSULTAS		
Origem	Nº	(%)	Origem	Nº	(%)
Brasil	2.434.321	35,73%	Portugal	935.014	32,57%
Portugal	2.392.631	35,12%	Brasil	917.046	31,95%
EUA	988.769	14,51%	EUA	457.162	15,93%
China	120.130	1,76%	Polónia	109.124	3,80%
Alemanha	82.033	1,20%	China	91.293	3,18%
Angola	80.027	1,17%	Rússia	58.425	2,04%
Moçambique	75.568	1,11%	França	32.282	1,12%
Rússia	71.633	1,05%	Alemanha	26.754	0,93%
Reino Unido	32.719	0,48%	Reino Unido	19.281	0,67%
França	23.992	0,35%	Angola	16.219	0,57%
Outros	349.491	5,13%	Outros	131.924	4,60%
N/A	217.572	3,19%	N/A	75.849	2,64%

Fig. 3. Top 10 de Países de origem dos Downloads e Consultas das teses e dissertações, no período de 2010-2020.

Discussão

Pelos dados apresentados evidencia-se a capacidade de difusão e alcance da informação disponibilizada através dos Repositórios.

A ligação do RCAAAP ao Oasisbr tal como o idioma justificam a percentagem elevada de downloads e consultas a partir do Brasil. De igual forma percebe-se a importância que as teses e dissertações de saúde têm para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, em especial Angola e Moçambique, que surgem no Top 10 dos países de origem dos downloads.

Em termos de estatísticas de utilização verifica-se uma quebra dos downloads em 2015 que resulta da implementação de um controlo de downloads robotizados.

Com estes indicadores obtém-se apenas percepções, não sendo possível medir o real impacto do contributo dos Repositórios para a promoção da Literacia da Saúde. No futuro, seria interessante identificar a relação causa-efeito entre acesso à informação e alteração de comportamentos.

Conclusões

A instituição, docentes e alunos beneficiam da divulgação das suas teses e dissertações nos repositórios, mas é evidente que a comunidade em geral recolhe benefícios tangíveis com o acesso ao conhecimento produzido na área da saúde. Cumprindo os objetivos expressos nas políticas de depósito, as universidades onde se inclui a ULisboa podem ser importantes parceiros no desiderato da Literacia em Saúde nomeadamente através dos seus repositórios

institucionais, já que, pela divulgação do conhecimento científico, comunicado adequadamente à sociedade, se proporciona acesso ao saber como um todo, melhorando a qualidade da informação de saúde disponível na web.

O acesso a mais e melhor informação em saúde gera confiança nos cidadãos, promove a melhoria dos cuidados e a sustentabilidade dos serviços de saúde. As instituições de ensino superior, no seu compromisso de disponibilização de informação científica em acesso aberto, particularmente na área da saúde, assumem um papel decisivo na transferência do conhecimento científico. No caso apresentado evidencia-se a dimensão geográfica do alcance da informação. Estudos como este contribuem para a visibilidade e promoção da informação em saúde, sendo a sua divulgação em larga escala impulsionadora da Literacia em Saúde e de cidadãos informados, participativos e capazes de decidir com base em informação científica de qualidade.

Referências bibliográficas

1. Portugal. Ministério da Saúde. Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde. Despacho n.º 3618-A/2016 [Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados]. Diário da República [Internet]. 2016 [cited 2019 Dec 6];2ª série(49):8660(5)-8660(6). Available from: <https://www.dgs.pt/em-destaque/programa-nacional-de-educacao-para-a-saude-literacia-e-autocuidados-pdf.aspx>
2. Lopes C, Almeida CV, editors. Literacia em Saúde: modelos estratégias e intervenção. Lisboa: Edições ISPA; 2018.
3. Sørensen K, Van den Broucke S, Fullam J, Doyle G, Pelikan J, Slonska Z, et al. Health literacy and public health: A systematic review and integration of definitions and models. BMC Public Health [Internet]. 2012 [cited 2020 Feb 20];12(1):80. Available from: <https://doi.org/10.1186/1471-2458-12-80>
4. Arriaga MT. Prefácio. Capacitação dos profissionais de saúde para uma melhor literacia em saúde do cidadão. In: Lopes C, Almeida CV de, editors. Literacia em saúde na prática [Internet]. Lisboa: Edições ISPA; 2019 [cited 2020 Feb 20]. p. 11–5. Available from: [http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/7305/5/Literacia da Saúde na Prática %28E-Book%29.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/7305/5/Literacia%20da%20Saude%20na%20Pratica-Book.pdf)
5. Antunes ML, Lopes C. Contributos da literacia em saúde para a promoção e racionalização de custos na saúde. In: Lopes C, Almeida CV de, editors. Literacia em saúde: modelos, estratégias e intervenção. Lisboa: Edições ISPA; 2018. p. 43–63.
6. Six-Means A. Health Literacy's Influence on Consumer Libraries. Med Ref Serv Q [Internet]. 2017 Jan 2;36(1):79–89. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02763869.2017.1259920>
7. Whitney W, Keselman A, Humphreys B. Libraries and Librarians: Key Partners for Progress in Health Literacy Research and Practice. Stud Health Technol Inform. 2017;240:415–32.
8. Wensing M, Grol R. Knowledge translation in health: How implementation science could contribute more [Internet]. Vol. 17, BMC Medicine. BioMed Central Ltd.; 2019 [cited 2020 Feb 21]. p. 88. Available from: <https://bmcmmedicine.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12916-019-1322-9>

9. Portugal. Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Princípios orientadores [Ciência Aberta] [Internet]. Lisboa: MCTES; 2016 [cited 2019 Dec 6]. Available from: <https://www.ciencia-aberta.pt/principios-orientadores>
10. Melo LB, Sampaio MIC, Pires C. A questão do Acesso Aberto em Portugal e no Brasil. 2008;
11. Kipnis D, Palmer L. Medical Institutional Repositories in a Changing Scholarly Communication Landscape. *Libr Publ* [Internet]. 2018 Sep 1 [cited 2020 Feb 21];30(4). Available from: https://escholarship.umassmed.edu/lib_articles/217
12. Palmer LA. Cultivating Scholarship: The Role of Institutional Repositories in Health Sciences Libraries. *Against the Grain* [Internet]. 2014 Jan 1 [cited 2020 Feb 21];26(2). Available from: <https://docs.lib.purdue.edu/atg/vol26/iss2/10>
13. Palmer L, Kipnis D, Kubiilus R. Taking the Temperature of Health Sciences IRs: A Survey and Analysis of Medical Schools' Institutional Repositories. *Libr Publ* [Internet]. 2018 Jun 7 [cited 2020 Feb 21]; Available from: https://escholarship.umassmed.edu/lib_articles/210
14. Portugal. Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Investigação, desenvolvimento e inovação (I&D&I) em TIC: acesso aberto e ciência [Internet]. Lisboa: FCT; 2020 [cited 2020 Feb 20]. Available from: <https://www.fct.pt/dsi/ ciencia/index.phtml.pt>

Notas biográficas

Tatiana SANCHES. Bibliotecária, Licenciada em Letras, Mestre em Educação e Leitura, Doutora em Educação, e Pós-Doutora em Ciência da Informação. Trabalhou em bibliotecas públicas entre 1993 e 2007, altura em que passou a trabalhar nas bibliotecas universitárias. Atualmente é Chefe de Divisão de Documentação na Faculdade de Psicologia e no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e, paralelamente, é investigadora integrada na UIDEF, Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação do Instituto de Educação, Universidade de Lisboa. É também colaboradora na APPsyCI no ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário). Dedicar-se a temas como a literacia de informação, bibliotecas universitárias, gestão de bibliotecas, escrita académica, entre outros, tendo já diversos livros, capítulos e artigos publicados, no panorama nacional e internacional. É membro do Grupo de Trabalho das Bibliotecas de Ensino Superior, na BAD.

Luiza Baptista MELO. Licenciatura em Química, ramo científico, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação e Doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação da Universidade de Évora. Desde 2000, desenvolve investigação nas áreas das Estatísticas, da Avaliação da Qualidade, do Desempenho e do Impacto de Bibliotecas e Serviços de Informação, sendo autora de vários artigos em publicações nacionais e internacionais e participando regularmente em congressos em Portugal e no estrangeiro. É formadora e coordenadora de cursos de formação no âmbito BAD. Recebeu as distinções: Louvor Cooperação – não docente 2013/2014 atribuído pela Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Sílvia Costa LOPES. Mestre em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais pelo ISCTE – IUL (2009) e Licenciada em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2005). Entre 2000 e 2018 desempenhou funções de Bibliotecária nos Serviços de Biblioteca e Informação da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL). Desde agosto de 2018 desempenha funções no Gabinete de Avaliação e Garantia da Qualidade onde é responsável pela implementação do Sistema de Gestão da Qualidade e é responsável pelas áreas de Apoio à Investigação – Bibliometria e Produção Científica, de Apoio ao Ensino - Formação de Utilizadores, e pela gestão do Repositório da Universidade de Lisboa para a Faculdade de Farmácia. Formadora certificada, colabora na docência de algumas unidades curriculares do Mestrado Integrado e dos Mestrados de 2º ciclo da Faculdade de Farmácia. Foi Presidente (2015-2018) e Vice-Presidente (2011-2015) da APDIS e Membro do EAHIL Council (2012-2014). É membro Associado da EAHIL, da APDIS e da BAD. Diversos trabalhos publicados nomeadamente em revistas científicas, atas de conferência e encontros científicos e revistas de divulgação técnica. As suas principais áreas de interesse são Literacia da Informação, Repositórios, Bibliometria e Gestão da Qualidade.

Susana Oliveira HENRIQUES. Mestre em Ciências da Documentação e Informação (2012), pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (ULisboa), é Bibliotecária na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL) desde 1997, atualmente a exercer funções de Chefe de Divisão da Área de Biblioteca e Informação. Foi vice-presidente da Associação Portuguesa de Documentação e Informação de Saúde – APDIS (2015 – 2018) e secretária da mesma associação (2012 – 2015). Foi membro do International Council da European

Association for Health Information Libraries - EAHIL, eleita em representação das Bibliotecas de Saúde Portuguesas entre 2013 e 2017. Desde 2017 assume funções de auditora externa nomeada pelo Board da EAHIL. Foi docente livre de Medicina Baseada na Evidência (2008 - 2018). É docente livre de Medicina Preventiva e Saúde Pública (2018-) do MIM da FMUL e docente do Mestrado de Reabilitação Cardiovascular, FMUL (2017 -), do Mestrado em Investigação Clínica, FMUL (2019 -) e do Mestrado em Análises Clínicas do Instituto Universitário Egas Moniz (2019 -). Como principais áreas de interesse e intervenção, destacam-se a Pesquisa, Gestão e Avaliação de Informação de Saúde, a Literacia da Informação e Translação do Conhecimento e a Avaliação da Produção Científica - Bibliometria.